

Portaria PGR/PGE nº 01/2019);

CONSIDERANDO que o procedimento investigatório criminal poderá ser instaurado de ofício por membro do Ministério Público ao tomar conhecimento de infração penal ou conexa por qualquer meio, ainda que informal, ou em razão de provocação;

CONSIDERANDO que há indícios, angariados na Notícia de Fato nº 01.2025.00022560-2, dando conta de ocorrência de infração ambiental cometida, em tese por Anderson Vasconcelos de Oliveira;

RESOLVE instaurar o Procedimento Investigatório Criminal - PIC nº 06.2025.00001479-9, com a finalidade de investigar a materialidade e a autoria do(s) crime(s) e coletar subsídios necessários à atuação do Ministério Público perante a Justiça, tendo como investigado Anderson Vasconcelos de Oliveira.

Como diligências, determino:

a) Este Procedimento Investigatório Criminal tem as seguintes regras: (i) comunicação ao Juízo competente sobre a instauração e o encerramento do procedimento investigatório, com o devido registro e distribuição; (ii) observância dos mesmos prazos e regramentos previstos para conclusão de inquéritos policiais; (iii) necessidade de autorização judicial para eventuais prorrogações de prazo; iv) aplicação do artigo 18 do Código de Processo Penal ao PIC instaurado pelo Ministério Público;

b) Deixo de comunicar a instauração do presente procedimento ao CAOCRIM, tendo em vista que referida comunicação acontece de forma automática;

c) Nomeio o Técnico Ministerial José Stênio Vasconcelos para secretariar e diligenciar o presente Procedimento Investigatório Criminal, conferindo-lhe poderes para a prática de atos meramente ordinatórios;

d) Encaminhe-se os autos para a fila do Técnico Ministerial a fim de que seja contatada a parte para verificar a possibilidade de Acordo de Não Persecução Penal - ANPP.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE.
Expedientes necessários.

Acaraú, 28 de agosto de 2025

Denis Phillipe Oliveira Carvalho
Promotor de Justiça

Corrigenda
Fortaleza, 28 de agosto de 2025

RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 01/2024 – PROGRAMA VIDAS PRESERVADAS

O Ministério Público do Estado do Ceará, por meio da Coordenação do Programa Vidas Preservadas e do Centro de Apoio Operacional da Saúde, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, resolve retificar o Edital nº 01/2024, conforme segue:

Onde se lê:

“Art. 2º A premiação terá edições anuais, que ocorrerão no evento presencial de lançamento do Programa Vidas Preservadas do Ministério Público do Estado do Ceará daquele ano específico, nos termos da presente regulamentação.”

Leia-se:

“Art. 2º A premiação terá edições regulares, que ocorrerão em eventos presenciais organizados pela coordenação do Programa Vidas Preservadas do Ministério Público do Estado do Ceará, nos termos da presente regulamentação.”

Onde se lê:

Art. 8º Conforme a pontuação obtida, os municípios, de acordo com o seu porte, serão classificados em 04 (quatro) grupos:

- a) Grupo A (Performance excepcional - 90 a 100 pontos);
- b) Grupo B (Performance sólida - 70 a 89,99 pontos);
- c) Grupo C (Performance intermediária - 50 a 69,99 pontos); e
- d) Grupo D (Performance inicial - 0 a 49,99).

Leia-se:

Art. 8º Conforme a pontuação obtida, os municípios, de acordo com o seu porte, serão classificados em 04 (quatro) grupos:

- a) Grupo A (Performance excepcional - 80 a 100 pontos);
- b) Grupo B (Performance sólida - 60 a 79,99 pontos);
- c) Grupo C (Performance intermediária - 41 a 59,99 pontos); e
- d) Grupo D (Performance inicial - 0 a 40,99 pontos).

Onde se lê:

Art. 12 (...)

- a) Grupo D (0 a 49,99): (...)
- b) Grupo C (50 a 69,99): (...)
- c) Grupo B (70 a 89,99): (...)
- d) Grupo A (90 a 100): (...)

Leia-se:

Art. 12 (...)

- a) Grupo D (0 a 40,99): (...)
- b) Grupo C (41 a 59,99): (...)
- c) Grupo B (60 a 79,99): (...)
- d) Grupo A (80 a 100): (...)

Fica ainda acrescido nas DISPOSIÇÕES GERAIS o artigo 19, com a seguinte redação:

Art. 19 Os casos omissos serão decididos pela coordenação do Programa Vidas Preservadas.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-Geral de Justiça:
Haley de Carvalho Filho

Corregedora-Geral:
Maria Neves Feitosa Campos
Secretário-Geral:
Ricardo Rabelo de Moraes

Ouvidora-Geral:
Loraine Jacob Molina

